



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO QUARAÍ

PODER LEGISLATIVO

PALÁCIO ANTÔNIO ARACI MEUS

RESOLUÇÃO N.º 056/2025, de 23 de setembro de 2025.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) no âmbito da Câmara Municipal de Barra do Quaraí - RS, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO QUARAÍ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e nos artigos 5º, XXXIII, e 37, § 3º, II, da Constituição Federal, RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Barra do Quaraí-RS, os procedimentos para garantir o acesso à informação, em conformidade com a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).

Art. 2º O acesso à informação pública é a regra e o sigilo a exceção, devendo a Câmara Municipal de Barra do Quaraí - RS assegurar a publicidade de seus atos e informações, sempre observando a proteção de dados pessoais e os direitos dos titulares, ressalvadas as hipóteses de sigilo legalmente previstas.

Art. 3º Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

I – Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II – Documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III – Informação pública: informação detida pela Câmara Municipal, produzida ou custodiada por ela, que não seja classificada como sigilosa ou pessoal;

IV – informação sigilosa: informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, ou por ser protegida por outras hipóteses legais de sigilo;

V – Informação pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

VI – Tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VII – Disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VIII – Autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

IX – Integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO QUARAÍ
PODER LEGISLATIVO
PALÁCIO ANTÔNIO ARACI MEUS

X – Primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações

XI – Transparência ativa: divulgação de informações de interesse geral ou coletivo, independentemente de solicitações;

XII – Transparência passiva: atendimento a solicitações de acesso à informação formuladas pelos cidadãos.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E VEDAÇÕES

Art. 4º A aplicação desta Resolução observará os seguintes princípios:

I – Legalidade: a concessão de acesso deverá estar em conformidade com a legislação vigente.

II – Impessoalidade: a atuação será baseada em critérios objetivos, sem qualquer tipo de favorecimento pessoal, político ou ideológico;

III – Moralidade: o processo será pautado pela ética, probidade e transparência, vedando-se qualquer conflito de interesses;

IV – Publicidade: como regra geral e o sigilo como exceção;

V – Transparência ativa e passiva: com ampla divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações, bem como a garantia de atendimento a pedidos específicos.

VI – Primazia do interesse público: assegura-se que informações sejam acessíveis a todos, salvo em casos legais de restrição;

VII – Gestão transparente de informação: garante-se a qualidade, a organização e a segurança de dados;

VIII – Participação social: fortalecimento do controle social e a cidadania;

IX – Eficiência Administrativa: resposta célere e adequada aos pedidos de informação;

X – Igualdade de acesso: sem distinção entre os solicitantes, vedadas exigências que inviabilizem

CAPÍTULO III
DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 5º A Câmara Municipal de Barra do Quaraí - RS promoverá, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de sua sede, e em seu site, as informações de interesse coletivo ou geral, inclusive as que se referem:

I – Ao registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das unidades e horários de atendimento ao público;

II – Ao registro de repasses do duodécimo financeiro;

III – Ao registro das despesas;

IV – Às informações referentes a procedimentos licitatórios, abrangendo os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V – Os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras;

VI – As respostas a perguntas mais frequentes da sociedade;

VII – As informações sobre a remuneração e o subsídio recebidos por Vereadores e servidores;



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO QUARAÍ
PODER LEGISLATIVO
PALÁCIO ANTÔNIO ARACI MEUS

VIII – As atas das sessões plenárias, das reuniões de comissões e das audiências públicas, nos termos do Regimento Interno;

IX – Os projetos de Lei, as resoluções, os decretos Legislativos e demais proposições em tramitação, com suas respectivas fases e pareceres;

X – Os relatórios de comissões temporárias;

XI – Os pedidos de informação formulados pelos vereadores e a resposta do Poder Executivo, salvo quando se tratar de dados protegidos por lei;

XII – Os relatórios de gestão fiscal do Poder Legislativo;

XIII – As informações sobre a composição da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes e Temporárias.

Parágrafo único - A divulgação de informações que contenham dados pessoais, no âmbito da transparência ativa, somente ocorrerá se houver base legal para o tratamento e a publicidade desses dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº13.709/2018), como o cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ou para a execução de políticas públicas.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS PARA ACESSO À INFORMAÇÃO E DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA

Art. 6º O pedido de acesso à informação será formulado por qualquer meio legítimo, devendo conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

§1º Não serão exigidos os motivos do pedido de acesso à informação.

§2º O pedido poderá ser feito por meio eletrônico, formulário físico disponível no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da Câmara Municipal, ou por correspondência.

§3º Os dados pessoais do requerente coletados para fins de atendimento ao pedido de acesso à informação serão tratados exclusivamente para essa finalidade, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº13.709/2018) e não serão compartilhados com terceiros, salvo se houver consentimento do titular ou base legal para tanto.

Art. 7º A Câmara Municipal de Barra do Quaraí-RS instituirá o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), para:

I – Atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;

II – Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;

III – Protocolar documentos e requerimentos de acesso a informações;

§1º O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC funcionará nas dependências da Câmara Municipal, em local de fácil acesso e visibilidade ao público, em horário de expediente da Câmara.

§2º O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC também será disponibilizado em formato eletrônico, por meio do site oficial da Câmara Municipal.

§3º Compete ao Presidente da Câmara designar, por portaria, servidor efetivo responsável pela coordenação do SIC e pelo fluxo das informações, o qual receberá gratificação de 10% (dez por cento) sobre o vencimento básico.

Art. 8º O prazo para resposta ao pedido de informação é de 20 (vinte) dias, prorrogável por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO QUARAÍ
PODER LEGISLATIVO
PALÁCIO ANTÔNIO ARACI MEUS

§1º Caso a informação requerida esteja disponível para consulta em formato físico ou eletrônico, o requerente será informado sobre o local e a forma de acesso.

§2º Se a informação não estiver disponível, mas for possível produzi-la, a Câmara Municipal informará o prazo estimado para sua elaboração.

§3º A resposta ao pedido de acesso à informação deverá ser clara, completa e objetiva.

Art. 9º O acesso à informação será gratuito, salvo nos casos de reprodução de documentos, em que serão cobrados apenas os custos de reprodução, mediante tabela a ser definida pela Mesa Diretora.

CAPÍTULO V
DOS RECURSOS

Art. 10 No caso de indeferimento de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, o requerente poderá interpor recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da ciência da decisão.

§1º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que terá 05 (cinco) dias para reconsiderar sua decisão ou encaminhá-lo à Autoridade de Monitoramento da LAI.

§2º A Autoridade de Monitoramento da LAI terá 05 (cinco) dias para analisar o recurso e proferir decisão.

Art. 11 A Autoridade de Monitoramento da LAI, no âmbito da Câmara Municipal de Barra do Quaraí - RS, será o Presidente da Câmara, que poderá delegar a função a um servidor de alto escalão, sem prejuízo de sua responsabilidade final.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 A Câmara Municipal de Barra do Quaraí - RS promoverá a capacitação de seus servidores para o cumprimento das disposições desta Resolução e da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

Art. 13 A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Barra do Quaraí - RS poderá expedir atos complementares para o fiel cumprimento desta Resolução.

Art. 14 O descumprimento desta Resolução e da Lei Federal nº 12.527, 2011, poderá implicar responsabilidade administrativa, civil e penal nos termos da legislação vigente.

Art. 15 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Araci Meus, em 23 de setembro de 2025


Ver. Rick Romero Mossi
Presidente

Registre-se
Publique-se, Data supra


Ver. Juarez Maciel Galvão Junior
Secretário